

O fim de um orçamento

Essa figura brasileira conhecida como "orçamento monetário" parece ter seus dias contados há algum tempo, mas agora o governo pretende levar a cabo sua extinção, deixando para a próxima administração limites totalmente controlados pelo Congresso. É uma camisa-de-força há muito exigida pelos economistas mais ortodoxos e pelo Fundo Monetário Internacional, que impedirá a repetição a curto prazo do inchamento do déficit público que ocorreu até recentemente com catastróficas consequências para a taxa de inflação.

Um dos objetivos dos grupos de trabalho criados pelo Conselho Monetário Nacional é "estudar a conveniência de extinguir o orçamento monetário" — de acordo com o ministro da Fazenda, Ernane Galvães. Isso significa simplesmente deixar de consolidar em uma só peça — que é o "orçamento monetário" — os balanços e balancetes do Banco Central e Banco do Brasil.

Pelas exposições do ministro da Fazenda a questão, com essa reforma financeira do final do Governo Figueiredo, é consolidar o processo de modernização da economia brasileira, notadamente em seu segmento financeiro de crescente importância nos últimos vinte anos. É como se este governo pretendesse agora deixar ao País o aprimoramento das funções financeiras do setor público, ao mesmo tempo que permite ao Banco Central assumir funções mais próximas daquilo que os economistas consideram o ideal — que seria um órgão cuidando apenas do atendimento e fiscalização do sistema bancário, controle da moeda e operações de open market para regulagem da liquidez, além das relações cambiais.

Esta estrutura gerencial mais moderna também seria, teoricamente, mais eficiente no controle da inflação, pelo simples fato de que o próximo governo só poderá gastar durante um exercício aquele total previamente combinado com o Congresso Nacional, que continuará com seus atuais poderes (nunca usados) de limitar o total de dinheiro que o Banco Central pode emitir. Com isso o Executivo estará de mãos amarradas, não podendo se aventurar por programas de rápido crescimento econômico às custas da emissão de moeda, da colocação de títulos no open market ou da criação de empresas estatais subvencionadas pelo Tesouro.

Esta "arrumação" financeira do setor público deixa como única alternativa de fonte de recursos para aumento dos investimentos a poupança privada, que naturalmente viria através do sistema bancário nacional e, eventualmente, dos bancos internacionais e organismos como o Banco Mundial etc. Estas considerações têm que ser feitas quando se tem em vista o que será da economia deste País nos próximos quatro anos, supondo toda a normalidade política possível de se imaginar. Seria o caso de dizer que um governo Tancredo Neves teria que se contentar exclusivamente com a poupança interna? Ou que Paulo Maluf conseguiria atrair novamente capitais externos para este País, numa hipótese considerada remota até por especialistas do Fundo Monetário Internacional?

O importante parece ser a análise do papel que os bancos em geral vão exercer no financiamento do déficit público, ou se os impostos estarão sempre à altura destes gastos, ou se não se fará obra alguma. Naturalmente que antes de se chegar a contar com a poupança interna é preciso reorganizar todo o Sistema Financeiro da Habitação e fazer a desindexação de outros valores que não apenas os salários, dentro de um programa econômico de emergência. E quanto à poupança externa, falta não apenas a longa renegociação da dívida de US\$ 100 bilhões como muitas outras coisas para devolver a credibilidade da comunidade financeira internacional no País, a começar pela definição do quadro político imediato.

ARNOLFO CARVALHO